

Índice

A eutanásia e a maçã da Branca de Neve	1
O jihadista, “se estiver longe, melhor”	2
“Así se domina el mundo”	4
“A Morte de Estaline”	5

A eutanásia e a maçã da Branca de Neve

Recentemente, 156 deputados franceses publicaram um documento no [“Le Monde”](#) a pedir a legalização de “uma ajuda ativa para morrer”. Respondeu-lhes no [mesmo diário](#) Anne de la Tour, presidente da Société Française d’Accompagnement et de Soins Palliatifs (SFAP), que agrupa 10 000 cuidadores e 6000 voluntários.

Para Anne de la Tour, a proposta de legalizar a eutanásia é como a maçã da Branca de Neve, de aparência magnífica e apetitosa, mas que ao mordê-la faz mergulhar no sono da morte. Isto é o que parecem querer os defensores da eutanásia, “uma morte que vem na forma de bata branca, para dar a injeção letal ou o comprimido que produzirá o efeito instantâneo, sem os sofrimentos e a vergonha do ‘morrer’”.

Com a sua experiência de acompanhamento habitual de dezenas de milhares de doentes, a SFAP deplora que a oferta de cuidados paliativos não chegue a todos. Mas adverte que “a maioria das 580 000 mortes anuais acontecem de modo sossegado”. Lamenta também as eutanásias clandestinas, que, segundo dados do Ined (Institut National d’Études Démographiques), atingem no máximo 1200 por ano, isto é, 0,2 % dos falecimentos.

Em vez de uma nova iniciativa parlamentar sobre o fim da vida, a SFAP pede que se aplique a lei atual, aprovada há apenas dois anos, e que exige algum tempo para prosseguir os esforços de formação nos hospitais e para difundir uma cultura de cuidados paliativos.

“Por que motivo tantos franceses são favoráveis à eutanásia, segundo as sondagens, quando tão poucos doentes nos pedem isso”, interroga-se Anne de la Tour. “Sem dúvida, porque a morte é um horizonte ao qual a pessoa se aproxima passo a passo e é muito mais fácil de desafiar de longe do que de muito perto”, afirma.

“Porque, na sua grande maioria”, acrescenta, “os nossos doentes sentem-se divididos, frágeis, vulneráveis, como o estão os seus familiares nesses momentos de *stress* – bem longe, em geral, de poderem considerar essa escolha ‘livre, informada, não submetida a nenhuma pressão ou depressão, expressa de modo reiterado’ que os 156 deputados defendem. Os doentes evocam a morte muitas vezes, desejam-na algumas vezes, depois dizem o contrário e falam de outra coisa, de projetos e de esperanças. São ambivalentes, como o é todo o ser humano que procura dar um sentido à sua vida”.

Para a grande maioria, despenalizar a eutanásia “não significaria mais um direito, mas um pouco mais de conflitos interiores, de tensões familiares, de sentimentos de culpa, de incomodidade e de angústia”. “Seria uma lei escrita para os são, para apaziguar o seu medo de um sofrimento longínquo e potencial, quando os que estão na situação real e imediata aquilo que reclamam é que se cumpra a promessa de aliviar o sofrimento, de um fim de vida que continue a ser vida até ao final e de uma morte humana que não lhes retire nunca a sua dignidade”.

Os deputados a favor da eutanásia dizem que a ajuda ativa para morrer “não retiraria nada a ninguém”. Anne de la Tour responde que “as nossas decisões pessoais têm uma dimensão coletiva, sobretudo quando, como acontece com a euta-

násia ou o suicídio assistido, exigem necessariamente a assistência de um terceiro”.

“Despenalizar a eutanásia, obrigaria cada paciente, cada família, a tê-la em consideração”. Seria “perturbar o contrato de confiança entre o cuidador e o doente, e transgredir o código de deontologia médica: matar a pessoa que sofre, mesmo que se faça com a maior compaixão, não é um cuidado”.

“Despenalizar a eutanásia seria inscrever no próprio centro das nossas sociedades a transgressão da proibição de matar. Antes de romper com mais de dois milênios de tradição hipocrática e jurídica, como não recordar que esses limites de civilização não foram sempre no passado suficientemente sólidos para impedir a criminalidade?”

“Como na maçã da Branca de Neve, a proposta de legalizar a eutanásia está envenenada. Esta ajuda ativa para morrer que não retiraria ‘nada a ninguém’ não existe mais do que na ficção ultraliberal onde cada um não vive mais do que para si mesmo, exerce apenas a sua ‘soberania’ e pretende ‘controlar’ tudo. Mas porque cruel ironia estas condições, que nunca são plenamente conseguidas no decorrer da vida, sê-lo-iam de repente no momento da morte?”

A presidente da SFAP recorda os grandes progressos feitos em cuidados paliativos: “Podemos aliviar hoje a maior parte dos sofrimentos e sedar, se necessário, de acordo com a lei de 2016, respeitando a liberdade de todos e sem transgredir nada”.

(Fonte “Le Monde”)

O jihadista, “se estiver longe, melhor”

À afirmação de que “o Estado Islâmico (EI) foi finalmente derrotado na Síria e no Iraque”, sobram-lhe duas palavras. Sim, essas: “finalmente” e “derrotado”. Estão a mais, porque a organização terrorista, diversamente de um exército convencional numa guerra das que têm caráter perpétuo, não ordenou aos seus hoje dispersos militantes que cessem o fogo. Não existe, portanto, garantia de paz, mas a possibilidade de que a ameaça, agora menos visível, se tenha tornado mais letal.

Na Europa, o perigo ganha corpo nas centenas de islamistas autótones que, fechado o domínio jihadista em Raqqa e Mosul, estão a regressar aos seus países. Segundo um relatório de riscos da Frontex do início de 2018, 5000

combatentes partiram do Velho Continente para a Síria e o Iraque na altura de maior apogeu do EI, e 30 % deles regressaram. Dos 1700 franceses que foram fazer a “guerra santa”, tinham voltado 300 até novembro passado; dos quase 500 belgas que também saíram, haviam regressado uns 100 em finais de janeiro; dos 850 britânicos, uns 360, e assim por diante.

Que tanta gente regresse a casa depois de ter protagonizado ou testemunhado um conflito tão sangrento é o que faz soar o alarme. Num recente [relatório](#), o *think tank* britânico Jane's Terrorism and Insurgency Centre (JTIC) mostra-se bastante pessimista diante deste fenómeno: no horizonte dos próximos 5 a 10 anos, os países europeus terão de lidar com o efeito da presença no seu território destes indivíduos radicalizados, o que elevará o nível da ameaça terrorista.

Segundo o JTIC, haverá várias realidades a que estar atento. Uma delas será que entre 2019 e 2023 um grande número dos regressados ou de quem os apoiou, que foram processados por terrorismo, começarão a ser postos em liberdade.

Talvez seja esse fator o que dissuade muitos políticos europeus de se interessarem demasiado pelo destino dos seus cidadãos nacionais na Síria e no Iraque: no caso de chegarem vivos a casa, seriam julgados de acordo com as leis locais – com bastantes mais garantias do que as dos países onde combateram –, pelo que estariam na prisão somente até um determinado dia e depois voltariam aos bairros de Paris, Bruxelas ou Londres...

Um dos países que não pretende mexer um dedo pelos seus *foreign fighters* no Médio Oriente é a Holanda. O advogado holandês André Seebregts, que representou vários jihadistas, considera um erro esse alheamento. Afirma: “O governo holandês deve tentar trabalhar para que estas pessoas possam vir. Neste momento a sua posição é: ‘Não vamos ajudá-los a voltar à Holanda; foram para lá voluntariamente, e têm eles próprios de ir a um consulado no Iraque ou na Turquia; caso contrário, deixamo-los por lá’”.

“Hoje mesmo, os curdos dizem [dos que têm em seu poder, incluindo mulheres e crianças]: ‘Queremos entregá-los aos holandeses, mas o governo tem de vir solicitá-los’. E não o faz. Acho que é melhor que o faça, porque aí viriam de modo ordenado, controlado”.

Segundo explica Seebregts, de momento, o protocolo que acompanha os que entram é o adequado: quando regressam ao país são detidos, julgados e condenados até três anos de prisão, com o último deles em liberdade condicional, um espaço de tempo no qual têm de se manter em contacto com um imã e com um agente supervisor da sua liberdade condicional, além de terem de usar uma pulseira eletrónica.

“Tudo isso é para reinserir estas pessoas na sociedade, e parece funcionar bem. Mas o governo não quer que venham

e, por isso, entram sem controle. Parece-me que ajudá-los a regressar é o melhor”, salienta o advogado.

Muito poucos dos *decision-makers* europeus duvidam – embora não o confessem abertamente – de que o mais conveniente seria que os terroristas não pusessem os pés novamente nos seus países e que fossem levados perante os tribunais nos países onde combateram e cometeram as suas atrocidades. Ou que morram em combate...

Neste ponto, os representantes do governo francês falaram de modo inequívoco. Em outubro último, em [declarações](#) à imprensa sobre os terroristas franceses que se encontravam na cidade síria de Raqqa, epicentro de fortes combates, a ministra da Defesa, Florence Parly, foi muito clara: “Queremos ir até ao fim nesta batalha e, evidentemente, se os jihadistas morrerem nela, diria que tanto melhor”. “É que eles não viajaram para o Iraque como turistas, foram para lutar nas fileiras do EI”, referiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian.

“Quantos mais forem neutralizados em zona de combate, melhor”, diz por seu lado à “Aceprensa” o diretor do [International Security Observatory](#), Manuel Gazapo. “Todas as neutralizações que a coligação internacional está a levar a cabo são bem-vindas, porque os jihadistas têm por objetivo implementar um código baseado no terror pelo terror e, evidentemente, se se puder evitar que regressem, melhor para os cidadãos europeus, assim como para os dos países muçulmanos que estão a sofrer o seu jugo”.

Voltando aos riscos que refere o documento do JTIC relacionados com o regresso dos jihadistas, o *think tank* admite como muito provável que num futuro não longínquo – dois anos – o terrorismo passe qualitativamente para níveis mais sofisticados na Europa, com a utilização de carros bomba ou de drones, uma tecnologia que está cada vez mais ao alcance do cidadão comum.

Aqueles que regressam são, além disso, pessoas que estiveram em cenários bélicos e que puderam ou tiveram de exercitar uma certa impassibilidade em face da ideia de matar ou morrer, assim como competências próprias do militar, entre as quais, de lidar com uma arma de assalto ou fabricar explosivos, experiências que alguns ficariam encantados em transmitir.

Por outro lado, “para os regressados que considerem retomar a violência, o valor simbólico de acertar no alvo, no Ocidente, talvez tenha mais peso do que a maior probabilidade de serem presos e isolados”, salienta Otso Iho, analista do JTIC.

O especialista refere que o ter estado no Iraque e na Síria daria a estes militantes uma maior credibilidade entre as pessoas que têm simpatizado com o terrorismo a partir de posições mais distantes, seja oferecendo ao Daesh apoio financeiro, seja ajudando-o a recrutar novos combatentes para os enviar ao Médio Oriente. Com a sua influência, podem acabar por encorajar estes simpatizantes “hesitantes” a

assumir um papel mais operacional através da criação de células terroristas, da compra de armas, da preparação de casas para fabricar explosivos, etc.

Haveria que prestar atenção, além disso, a outro aspeto: os que regressam fazem-no a partir de um conflito. Quem não degolou ou decapitou, viu degolar e decapitar. Quem não perdeu uma perna durante um bombardeamento, observou como outros seres humanos saltam em pedaços. Isso deixa marcas: o conhecido transtorno por *stress* pós-traumático. Refira-se que, embora os soldados de exércitos regulares disponham de programas e especialistas que os ajudam a recuperar a estabilidade psicológica, muitos dos jihadistas digeriram sozinhos tais cenas. Como farão a catarse de tudo isto é a grande interrogação.

Outro aspeto do assunto é como proceder com aqueles que regressam, algo em que os governos europeus não partilham uma mesma linha de ação. O delito deve ser julgado, mas como saber quem fez exatamente o quê? Alguns jihadistas deram-se a conhecer em vídeos publicados nas suas próprias páginas *web*, mas a imensa maioria deles não tinha rosto. Alguns irão argumentar terem ido como cozinheiros ou buscar os seus familiares e, uma vez lá, terem-se visto impossibilitados de escapar...

Para alguns países, como a França e a Alemanha, a resposta é que já o simples facto de se terem deslocado até lá deve ser considerado delito, pelo que os regressados devem ser presos. Outros, como a Dinamarca – de onde partiram uns 150 jihadistas e regressou metade –, colocam o acento na reinserção. O seu programa Aarhus, assim denominado pela cidade onde foi implementado pela primeira vez há uns quatro anos, oferece aos arrependidos apoio psicológico e ajuda para encontrarem emprego ou continuarem a estudar, num trabalho envolvendo os trabalhadores da área social, a polícia e os serviços de informações estatais.

Uma dinâmica que, pelo contrário, assente quase exclusivamente no plano punitivo não obteria resultados mais lisonjeiros. No verão de 2016, dos dois terroristas que assassinaram o sacerdote Jacques Hamel na sua paróquia do norte de França, um deles havia conhecido na prisão o seu “guia espiritual”, que lhe havia dado “ideias” sobre como fazer avançar a jihad. Por seu turno, um dos autores das matanças de 7 de janeiro de 2015 em Paris, Amedy Coulibaly, disse, em 2008, que o seu tempo na prisão o tinha mudado: “Conheci aí o Islão. Só por isso estou contente de ter estado na prisão”.

Que os jihadistas que regressam, vejam sobre si apenas o pau e nada de cenoura, pode ser contraproducente. Alguns especialistas defendem que, se os extremistas somente vislumbrarem a perspectiva da prisão, podem ficar desencorajados em relação à ideia de regressar e emendar-se: persistiriam na sua luta sem sentido e unicamente mudá-lá-iam de sítio.

Igualmente, isso pode desestimular a intenção de familiares e amigos de cooperar com as forças de segurança; de lhes

passar informações sobre os que foram para ou regressaram da guerra, pelo que estes indivíduos, no seu regresso, podem ficar fora do radar. De facto, o relatório da Frontex atrás mencionado, fala do desafio que representam as “fronteiras azuis e verdes”, ou seja, aquelas pelas quais costumam entrar tanto os deslocados, como aqueles que os levaram a fugir. Perante esta realidade, mais valeria assegurar a colaboração dos cidadãos para detetar os “deslumbrados” pelo califado.

Por outro lado, não é de desprezar o facto de que se um jihadista não reformado pode exercer uma atração à sua volta pelos “méritos” da sua participação nos combates, também aqueles que decidiram transformar a sua vida e retificá-la, podem falar das suas experiências justamente com o objetivo contrário: convencer os que encaram o EI como a consumação do projeto islamista, do sem sentido e do horror dessa causa.

“Alguns regressados – refere um estudo do International Centre for Counter-Terrorism – podem ter tido a experiência oposta e ter regressado desiludidos e renunciando aos pontos de vista do jihadismo. No seu regresso, em vez de promoverem a ‘guerra santa’, podem converter-se em ativos antiterroristas e falar contra os seus antigos correligionários. Podem provar assim que são um grande recurso para conter a radicalização e para dissuadir potenciais combatentes”.

Talvez por isso convenha não lhes fechar a porta com ferrolhos: por essa tão humana possibilidade de retificação, e porque, para acabar com o monstro, será sempre melhor escutar o que têm a dizer aqueles que viveram nas suas entranhas.

L. L.

“Así se domina el mundo”

Autor: Pedro Baños
Ariel. Barcelona (2017).
472 págs.

O coronel Pedro Baños, especialista em geopolítica e estratégia, e assíduo nos meios de comunicação espanhóis, reúne neste livro investigações e trabalhos dos últimos anos. É uma obra de leitura agradável e está salpicada de exemplos históricos e atuais, dirigida a um público amplo, mas também valiosa para alunos e professores.

“Así se domina el mundo” ajusta-se perfeitamente às teses da escola realista das relações internacionais, na qual poderiam

enquadrar-se Tucídides, Sun Tzu, Maquiavel, Hobbes, Marx ou Weber, pois a sua principal lição é que os atores internacionais, sejam Estados ou não, atuam exclusivamente em função dos seus próprios interesses, que costumam mascarar em ideologias políticas ou económicas.

Poder e domínio, direto e indireto. Isto é o que, segundo o autor, caracteriza o cenário internacional de hoje e de sempre. Para o conseguir, todos os meios são válidos. Inclusivamente, chega a salientar constituir a hipocrisia o princípio que rege a geopolítica. Não é exagerado, portanto, falar de um mundo hobbesiano no qual o melhor dos conselhos é confiar somente nas próprias forças. A conclusão evidente é que não existem nem bons nem maus, pois todos procuram o seu interesse e, nesta altura, o controlo pelos recursos económicos representa o principal dos combates. Mas, além das guerras económicas, o autor sublinha a importância das chamadas guerras híbridas, nas quais se combinam desinformação, uso das novas tecnologias, terrorismo...

Provavelmente, a seguinte frase de Baños define muito bem a essência desta obra: “Não há teorias da conspiração, mas realidades da conspiração”. No entanto, para lá deste foco, são valiosas algumas contribuições didáticas que Baños seleciona da história e da atualidade, e que deveriam ser tidas em conta pelos dirigentes políticos. Estes não devem ignorar as peculiaridades culturais dos povos, nem desvalorizar o papel dos adversários supostamente mais fracos, nem pretender controlar o futuro, mesmo que, na realidade, ninguém esteja preparado para o inesperado; tão-pouco devem confiar em vencer com rapidez e quase sem perdas, nem desprezar as religiões ou ofender os seus fiéis...

Mas talvez a verdadeira raiz dos problemas resida na natureza humana, e somente assim é possível entender que o livro termine com uma exposição dos sete pecados capitais aplicados às relações internacionais.

A. R. R.



“A Morte de Estaline”

“The Death of Stalin”

Realizador: Armando Iannucci
Atores: Steve Buscemi; Jeffrey Tambor
Duração: 100 min.
Ano: 2017

Este filme procura ser uma sátira à morte de Estaline. Diz o provérbio que “a brincar se dizem as verdades” e, neste caso, a narrativa é fiel à História. Quem conhecer um pouco do que foi o regime comunista soviético compreenderá melhor esta obra.

Desde o início, fica claro que quem exerce a governação de forma autoritária impõe o medo. Provoca nos outros um medo em ser punido por fazer algo de errado, pelo que o melhor é não se fazer nada... ou então fazer só o que for uma ordem expressa, pelo que tomar a iniciativa pode ser perigoso e, de facto, o “nada” prevalece. Além disso, cria-se um ambiente de total desconfiança, onde cada um luta por sobreviver a qualquer preço, mesmo que à custa dos outros através de acusações falsas. É interessante notar que, tal como aconteceu na realidade, na hora da morte do ditador, poucos foram os médicos que o trataram: muitos deles tinham sido mortos às suas ordens e os vivos recearam tomar decisões, para não aparecerem como os causadores de tão célebre defunto.

Num clima destes, é difícil preparar a sucessão. É tanta a desconfiança, que cada um só pensa no seu próprio interesse a curto prazo, sem pensar nos benefícios gerais. A luta pelo poder arrasa qualquer continuidade. Ter poder é tê-lo “já” por cima dos rivais.

Tópicos de análise:

1. A falta de confiança paralisa a iniciativa e o trabalho de equipa.
2. A inveja impede a tomada de decisões eficazes a longo prazo.
3. A luta pelo poder pessoal destrói a continuidade dos projetos.

[Hiperligação](#)

